

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.015.931 - CE (2016/0298776-8)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : ESTADO DO CEARÁ
PROCURADOR : EDUARDO MENESCAL E OUTRO(S) - CE016996
AGRAVADO : MATEUS SALES FERNANDES
ADVOGADO : MATEUS SALES FERNANDES (EM CAUSA PRÓPRIA) - CE026005

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo ESTADO DO CEARÁ contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que não admitiu recurso especial fundado na alínea "a" do permissivo constitucional e que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fls. 119/120):

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PRELIMINAR. COMPETÊNCIA. VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL. INEXISTÊNCIA DE FORO PRIVILEGIADO. COMPETÊNCIA DETERMINADA PELA LEI PROCESSUAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ADVOGADO NOMEADO DEFENSOR DATIVO. JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL. REGULARIDADE DO ATO. SENTENÇA QUE DETERMINA O PAGAMENTO DA VERBA HONORÁRIA. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. PAGAMENTO. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. MONTANTE ARBITRADO A TÍTULO DE HONORÁRIOS. EXCESSO RECONHECIDO. ADEQUAÇÃO. CABIMENTO. RECURSO PROVIDO EM PARTE.

1. A existência de varas especializadas para feitos da fazenda pública na capital, não significa que essas varas são os foros competentes para todos os processos em que o Estado seja interessado, pois, a definição da competência da varas especializadas em uma mesma comarca pela lei de organização judiciária, deve respeitar a competência estabelecida pelo legislador federal. Logo, nas causas pertencentes a competência territorial de qualquer outra comarca, pode sim o Estado ser demandado em qualquer comarca do seu território, nos termos do art. 100, IV, do CPC, não podendo a lei de organização judiciária atrair tais demandas para o foro da capital.

2. O advogado nomeado defensor dativo em processos em que figure como parte pessoa economicamente necessitada, faz jus a honorários, cabendo o pagamento à Fazenda (art. 22, § 1.º, da Lei 8.906/94), ainda que exista, no Estado, Defensoria Pública, onde a sentença que arbitra a verba honorária já constitui título executivo judicial, fazendo-se desnecessário o trânsito em julgado. Precedentes do STJ.

3. Tendo em vista que a atuação do exequente/recorrido se limitara a fazer-se presente à audiência preliminar, realizada sob o rito simplificado a que se submetem os processos em curso no JESPE, que por sua própria natureza não levava à necessidade de se inquirir testemunhas, efetuar pesquisa jurisprudencial ou doutrinária, tampouco se estendia por mais que alguns minutos, e, ainda, não exigiu deslocamento do profissional, já que a nomeação se dera para o ato, a redução do quantum arbitrado a título de honorários advocatícios é medida que se impõe.

4. Recurso conhecido e parcialmente provido.

No especial obstaculizado, a parte ora agravante aponta violação dos seguintes dispositivos legais:

(I) art. 265, § 1º, do Código de Processo Penal e defende que não era caso de nomeação de defensor dativo, pois "a Defensoria informou com antecedência a impossibilidade de realização do ato processual (paralisação provisória dos serviços)" (e-STJ fl. 141); (II) art. 263 do Código de Processo Penal e argumenta que o defensor dativo não pode ser nomeado pelo conciliador, de forma que deve ser reconhecida a nulidade da execução (e-STJ fl. 142); e (III) art. 475-N do CPC/1973 e aduz que "a sentença penal condenatória constitui título executivo judicial, apto a embasar processo de execução, desde que já tenha se operado seu trânsito em julgado, o que não foi comprovado pelo exequente" (e-STJ fl. 142).

Depois de contra-arrazoado (e-STJ fl. 151), o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de que: (I) incide a Súmula 7 do STJ, e (II) há consonância do acórdão recorrido com a jurisprudência do STJ (e-STJ fls. 153/156).

Na presente irrisignação, o agravante alega, em resumo, que o recurso obstado atende aos pressupostos de admissibilidade e, ao final, reitera os argumentos anteriormente expendidos.

Sem contraminuta (e-STJ fl. 166).

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre destacar que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2 do Plenário do STJ).

Considerado isso, verifico que a irrisignação recursal não merece prosperar.

No que diz respeito às teses da impossibilidade de nomeação de defensor dativo por conciliador e da necessidade de adiamento da audiência pela paralisação provisória dos serviços da Defensoria Pública, assim manifestou o Tribunal de origem (e-STJ fls. 128/132):

Dessa forma, no que tange ao mérito, tem-se que a controvérsia recursal cinge-se em analisar se são devidos honorários advocatícios ao apelado, em razão de sua nomeação para atuar como defensor dativo em audiência preliminar do Juizado Especial Criminal, a serem pagos pelo Estado do Ceará. Em que pesem os argumentos apresentados pelo apelante, razão não lhe assiste, como em seguida se demonstrará.

Como é de conhecimento, o **Conciliador é um auxiliar da Justiça (art. 7º, Lei nº 9.099/95), que pode presidir audiências preliminares nos Juizados Especiais Criminais (Enunciado nº 70 - FONAJE), cuja atuação se dá sob a**

orientação de um Juiz togado (art. 73, Lei n° 9.099/95), que no caso concreto ratificou/referendou o ato de nomeação quando da sentença de homologação da transação penal (pág. 44).

Verifica-se, ainda, do exame dos autos, que o defensor dativo foi nomeado para acompanhar a autora do fato (que não possuía condições financeiras de arcar com despesas de advogado) em audiência preliminar, em razão da ausência do Defensor Público da Comarca por motivo de greve geral da categoria (pág. 43), **sendo desarrazoado a meu sentir, como defende o recorrente, o adiamento da audiência previamente designada e com a presença das partes, considerando, primordialmente, que os Juizados Especiais foram criados exatamente para agilizar os procedimentos judiciais de menor relevância e maior quantidade de ocorrências, fazendo-se inferir, em princípio, pela inexistência de qualquer irregularidade/ilegalidade no ato de nomeação do defensor dativo em questão.**

Demais disso, o advogado nomeado defensor dativo em processos em que figure como parte pessoa economicamente necessitada, faz jus a honorários, cabendo o pagamento à Fazenda (art. 22, § 1.º, da Lei 8.906/94), ainda que exista, no Estado, Defensoria Pública, onde **a sentença que arbitra a verba honorária já constitui título executivo judicial, fazendo-se desnecessário o trânsito em julgado, não merecendo prosperar, portanto, a tese do apelante de nulidade na fixação dos honorários em razão da ausência de sua participação na lide.**

[...]

Ademais, o Estado não pode se abster de pagar os honorários advocatícios judicialmente arbitrados para o defensor dativo, em decorrência dos serviços profissionais prestados (pág. 43), uma vez que **a ordem jurídico-constitucional rechaça o enriquecimento ilícito do ente público em detrimento do particular.** (grifos acrescidos)

A leitura das razões recursais demonstram que o recorrente não infirmou, de forma específica, os fundamentos suficientes destacados, utilizados pelo Tribunal de origem, no sentido de que: a) o conciliador atua sob supervisão do magistrado e a nomeação do defensor dativo foi homologada pelo juízo de piso; e b) não se mostra viável o adiamento da audiência pela greve geral da Defensoria Pública, bem como inexistiu prejuízo processual para qualquer das partes pela nomeação de defensor dativo.

Assim, incide, na espécie, a Súmula 283 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"), por analogia.

Leia-se, a propósito, a seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. APLICAÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA N. 283/STF. OPÇÃO PELO BENEFÍCIO MAIS VANTAJOSO CONCEDIDO ADMINISTRATIVAMENTE. EXECUÇÃO DAS PARCELAS DO BENEFÍCIO POSTULADO NA VIA JUDICIAL ATÉ A DATA DA IMPLANTAÇÃO ADMINISTRATIVA. SÚMULA 568/STJ. INCIDÊNCIA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

[...]

II - A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido justifica a aplicação, por analogia, da Súmula n. 283 do Supremo Tribunal Federal. [...]

VIII - Agravo Interno improvido. (AgInt no REsp 1743597/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 30/08/2018)

Por fim, em relação à necessidade de trânsito em julgado, assim argumenta o recorrente (e-STJ fl. 143):

O Tribunal a quo negou provimento à apelação por entender que "... a sentença que arbitra a verba honorária já constitui título executivo judicial, fazendo-se desnecessário o trânsito em julgado..." (fl. 130). Contudo, deixa de observar que a sentença penal que arbitra honorários de defensor dativo tem sim força de título executivo, mas apenas depois que transita em julgada, sob pena de afrontar diretamente a regra do art. 475-N do CPC.

A decisão que homologa transação penal não faz coisa julgada material, mas gera coisa julgada formal, o que permanece como sendo requisito prévio essencial para a propositura da execução dos efeitos cíveis da sentença (cobrança de honorários), sendo indevido e equivocado o afastamento da exigência do art. 475-N, II do CPC.

Assim, deve ser dado provimento a este recurso para reformar a decisão recorrida e reconhecer a nulidade da execução tendo em vista **não preencher todos os requisitos do art. 475-N, II do CPC** (ausência de prova do trânsito em julgado - seja material e formal ou apenas formal - da decisão exequenda). (Grifos acrescidos)

Contudo, tais argumentos não foram analisados pela Corte de origem, que apenas afirmou que "o advogado nomeado defensor dativo em processos em que figure como parte pessoa economicamente necessitada, faz jus a honorários, cabendo o pagamento à Fazenda (art. 22, § 1.º, da Lei 8.906/94), ainda que exista, no Estado, Defensoria Pública, onde a sentença que arbitra a verba honorária já constitui título executivo judicial, fazendo-se desnecessário o trânsito em julgado, não merecendo prosperar, portanto, a tese do apelante de nulidade na fixação dos honorários em razão da ausência de sua participação na lide" (e-STJ fl. 129).

Como é cediço, a admissibilidade do recurso na instância excepcional pressupõe que a instância anterior tenha se manifestado sobre a tese jurídica apontada pelo recorrente, o que não se viu na espécie. Esse é o entendimento pretoriano consagrado na edição da Súmula 282 da Suprema Corte, *in verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DECISÃO PROFERIDA MONOCRATICAMENTE PELO RELATOR, COM BASE NO ART. 557, CAPUT, DO CPC. ALEGADA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. BASE DE CÁLCULO DA MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. ALEGADA AFRONTA AOS ARTS. 18, § 1º, 48, 258 E 473 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF E 211 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. [...]

III. Nesse contexto, a pretensão recursal esbarra em vício formal

intransponível, qual seja, da ausência de prequestionamento - requisito viabilizador da abertura desta instância especial -, atraindo o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"), na espécie.

IV. Nos termos da jurisprudência desta Corte, para que se configure o prequestionamento, não basta que o recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal, em suas razões recursais. É necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação, ou não, ao caso concreto.

V. Registra-se, ainda, que o entendimento da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça é firme quanto à imprescindibilidade da oposição de Embargos Declaratórios, para fins de prequestionamento da matéria, mesmo quando a questão federal surja no julgado recorrido (STJ, EREsp 99.796/SP, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, DJU de 04/10/1999), não tendo sido opostos Declaratórios ao acórdão recorrido, no caso. No mesmo sentido: STJ, AgRg no Ag 1.034.497/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe de 02/08/2010; AgRg no REsp 929.340/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/03/2009.

[...]

VII. Agravo Regimental improvido. (AgRg no REsp 1451000/SC, rel. Min. ASSUETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 17/03/2016)

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Sem arbitramento de honorários sucumbenciais recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), em razão do disposto no Enunciado n. 7 do STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator